

Educação Patrimonial e Turismo Cultural em Centros Históricos: Desvendando entrelinhas de uma relação

Silvana Pirillo Ramos

Resumo

Este artigo discute a relação da Educação Patrimonial com a revitalização de centros históricos e o desenvolvimento do turismo cultural. Trata-se de uma discussão conceitual com base em referenciais teóricos obtidos em revisões bibliográficas e pesquisa documental, com análise dos Relatórios de Gestão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no período de 2006 a 2013, dos termos de referência do Programa Monumenta e do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC das Cidades Históricas. Verifica que, embora as propostas de Educação Patrimonial sempre estejam presentes no processo histórico dos programas de revitalização de centros históricos conduzidos no país, não há um política desenvolvida que sustente um diálogo com a população local e que promova uma relação sustentável com as áreas de intervenção, desenvolvendo habilidades e competências para uma efetiva participação nos processos de patrimonialização. A maioria dos programas promove um enobrecimento da área, preparando-a para novos usos pelas classes mais favorecidas, para investidores e turistas, mas acabam por fracassar com o retorno da população excluída a área, em situação de marginalidade, comprometendo a proposta, gerando insegurança, desconstruindo a paisagem arquitetada para o consumo e, conseqüentemente, impedindo o desenvolvimento do turismo cultural.

Palavras chave: Educação Patrimonial. Turismo Cultural. Revitalização de Centros Históricos

1. Introdução

Muitos projetos de revitalização de centros históricos brasileiros resultam em locais absolutamente estilizados, meros cenários com os quais a população local não possui ligação afetiva, identidade ou sentimento de pertencimento e pelos quais os turistas desfilam consumindo representações da cultura que nem sempre condizem, ou mesmo se aproximam da representação de um contexto histórico cultural, ou seja, consumindo um produto muito aquém de qualquer experiência de autenticidade, resultante de processos de patrimonialização conduzidos sem o envolvimento e a efetiva participação da população local ou ainda com sua marginalização e até expulsão da área. Verifica-se que “a reabilitação de certos bairros, especialmente dos centros urbanos, não passa de uma verdadeira consagração da eternidade da cena bem polida, limpa, enfeitada, transformada ela mesma em museu” (Arantes, 2001, p. 126).

Pelourinho (BA), Bairro do Recife Antigo (PE), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), São Luis (MA), entre outros, são exemplos do fenômeno, que pode ser considerado absolutamente contraditório quando resulta de ações de políticas que apresentam como objetivo central a preservação do patrimônio e sua autossustentabilidade.

Entre os principais elementos que conduzem o patrimônio cultural a transformar-se em mercadoria, com a revitalização de centros históricos resultando em cenários artificiais, promovendo a venda e a espetacularização de determinadas manifestações culturais que passam

a ser representadas muitas vezes em uma espécie de produção em série para “turista ver” é o desenvolvimento do denominado turismo cultural, definido pelo Ministério do Turismo como “aquele que compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (Brasil, 2012).

O turismo cultural é considerado, nos documentos do Ministério do Turismo, como alternativa para geração de emprego e renda, com potencial para valorização da cultura e melhoria da qualidade de vida da população local e elencado como aquele que se contrapõe a um turismo de massa, reconhecido pelos impactos negativos ocasionados às áreas.

A partir da construção desses espaços higienizados e embelezados e da transformação do patrimônio cultural em mercadoria a cidade amplia sua perspectiva de se inserir no processo de concorrência intercidades (Fortuna, 1997). O desenvolvimento do turismo cultural é uma alternativa para que diferentes municípios possam se inserir em um cenário de competitividade global, tornando-se agentes do processo, projetando a imagem necessária (que nem sempre condiz com a realidade) para atrair turistas, agências multilaterais e principalmente investidores, por meio de estratégias de marketing. Dessa forma o turismo cultural atende a necessidade de “aumentar a capacidade de atração do produto cidade” (Sánchez Garcia, 1999, s/p) elemento fundamental para o desenvolvimento econômico no contexto da globalização.

Por outro lado, muitos projetos de revitalização de centros históricos não conseguem promover transformações significativas que resultem em melhoria da qualidade de vida da população local, possibilitando entre outros fatores sua inclusão em atividades econômicas como o turismo, com a geração de emprego e renda. Entre os resultados dos projetos encontram-se ainda inúmeros conflitos que acabam prejudicando os investimentos no turismo, como o retorno da população excluída à área em situação de marginalidade, causando impactos nos turistas, promovendo insegurança e tornando o local inviável ou pouco atrativo para qualquer tipo de investimento. Diante do fracasso das metas e do “encerramento de um desfecho inevitável e indesejado para o capital” (Leite e Peixoto, 2009, p.95), técnicos, gestores e especialistas em patrimônio, muitos do próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹, em suas avaliações indagam as possíveis questões geradoras. A falta de consciência da população local, o desconhecimento do valor do patrimônio cultural, a dificuldade em estabelecer relações de pertencimento, o desinteresse em participar da gestão do patrimônio são alguns fatores apontados e que convergem para uma premissa pouco discutida tanto nos programas políticos como na academia: a falta de um projeto de educação patrimonial. O assunto é abordado como se

¹ O IPHAN é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas. É o órgão responsável por “preservar a diversidade das contribuições dos diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira e seus ecossistemas” devendo “preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações” (Brasil, 2014b)

houvesse uma formula na educação que pudesse trazer soluções para todas as mazelas aqui apresentadas.²

Diante da problemática exposta, este artigo pretende traçar um panorama da educação patrimonial conduzida pelo IPHAN no país, caracterizando sua relação com o processo de patrimonialização dos centros históricos e suas implicações no desenvolvimento do Turismo Cultural. Para tanto, faz-se uma discussão conceitual com base em referenciais teóricos obtidos em revisões bibliográficas e utiliza-se de levantamentos documentais com análise dos Relatórios Anuais de Gestão do IPHAN no período de 2006 a 2013, dos termos de referência dos Programas Monumenta e Programa de Aceleração do Crescimento- PAC das Cidades Históricas.

2.Sobre os Processos de Patrimonialização

A constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Art. 216, define patrimônio cultural como:

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil,1988)

Verifica-se uma ampliação do conceito de patrimônio, considerando-se bens materiais e imateriais que, por sua vez, demandam novas formas de preservação. O primeiro parágrafo do Artigo 216 estabelece a necessidade da cooperação da comunidade com o poder público, que juntos devem promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro e coloca instrumentos necessários para tal fim: “inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (Brasil, 1988), meios intermediados diretamente pelo Estado que atualmente exerce seu papel por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

² Os Relatórios de Gestão do IPHAN de 2006, 2008, 2009,2010, 2011, 2012 e 2013 abordam as dificuldades do desenvolvimento da Educação Patrimonial e sua importância. Nos relatórios de 2008, 2009 e 2010, é ilustrativa a utilização da citação de Matus (1996, p.14): “O problema da preservação de bens culturais poderá ser mais bem encaminhado se houver o envolvimento de um conjunto diferente de atores sociais. O que ocorre é que muitos atores em potencial, não demonstram disposição para se envolver nessa atividade. Desse modo, o planejamento governamental, ao ser elaborado, deverá considerar que acontecem resistências não apenas provenientes da natureza [infestações de cupins, descargas elétricas atmosféricas etc.], mas também decorrentes de diferentes percepções do homem, o qual pode atuar com diferentes objetivos, muitas vezes dissonantes da idéias de conservação e sustentabilidade, dispondo ainda de meios e possibilidades para concretização desses objetivos privados”

Os programas mais recentes de revitalização de centros históricos, desenvolvidos pelo IPHAN, visam desenvolver sua missão estratégica de “promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país” (Brasil, 2014b). São eles o Programa Monumenta³ que se iniciou em 1998 e terminou em 2010 e o Programa de Aceleração do Crescimento PAC Cidades Históricas⁴ que se desenvolve desde 2009. Ambos os programas tem como propostas conservar e restaurar os bens culturais imóveis possibilitando novos usos e promover a melhoria da infraestrutura e a dinamização de atividades econômicas como o turismo, considerado alternativa para a sustentabilidade das áreas preservadas. Tratam-se de programas que promovem processos de patrimonialização aqui compreendidos, a partir da definição de Leite e Peixoto (2009, p.95) como:

[...] intervenções de natureza patrimonial e predominantemente técnica que visam, acima de tudo, obter, através de uma operação de tombamento formal, um estatuto patrimonial e as operações de natureza diversa (arquitetônica, paisagística, urbanística, política, cultural, comercial, etc.) cujos objetivos, independentemente de um reconhecimento formal, assentam na exacerbação de um patrimônio ou do valor patrimonial de um objeto, para efeitos de consumo visual, turístico ou sustentação de um mercado urbano de lazeres [...]

Para a eficiência do processo de patrimonialização, a Educação patrimonial é apontada, nos termos de referência dos programas, como elemento central, tendo como base a necessidade de conscientização da população para a preservação do patrimônio cultural, a promoção de novos usos da área de abrangência e o desenvolvimento do turismo. O IPHAN concebe Educação Patrimonial como: “todos os processos educativos que primem pela construção coletiva do conhecimento, pela dialogicidade entre agentes sociais e participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas” (Brasil, 2014 a).

Para que se possa compreender o processo de patrimonialização e a própria educação patrimonial é preciso distinguir patrimônio cultural e cultura. Geertez (1978) conceitua cultura a

³ O Programa Monumenta é considerado o mais significativo programa do país, com maior volume de recursos, na área de recuperação de sítios históricos. Seus objetivos consistem em preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano; estimular ações que aumentem a consciência da população sobre a importância de se preservar o acervo existente; estabelecer critérios de conservação e aperfeiçoar a gestão do patrimônio, estimular projetos que viabilizem as utilizações econômicas, culturais e sociais das áreas em recuperação no âmbito do projeto e aumentar a consciência da população com relação a importância da preservação do patrimônio (Brasil, 2012 a).

⁴ O PAC começa a ser implementado em 2009, envolvendo todos os agentes intergovernamentais, com o investimento de R\$ 140 milhões destinados a projetos que serão realizados em 32 cidades históricas. Entre os principais objetivos está: Promover a requalificação urbanística dos sítios históricos e estimular usos que garantam seu desenvolvimento econômico, social e cultural. No seu programa o PAC Cidades Históricas se caracteriza como inovador por requerer a participação da sociedade em todas as etapas de formulação e execução dos Planos de Ação, identificando-se os papéis que os diversos atores sociais devem desempenhar em cada uma (Brasil, 2009).

partir da premissa de Max Weber que considera o homem um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. Para o autor a cultura é a essa própria teia e seu significado. Trata-se de um processo em constante transformação uma vez que o homem tece permanentemente dotando as teias de novas configurações e nessa dinâmica do ato de tecer ele continua embaraçado em novas e velhas configurações que se misturam e acabam por resultarem em múltiplos significados que nunca são permanentes. Para Geertz (1978, p.15) a cultura é concebida “não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”.

Para Pereiro (2006) o patrimônio cultural mantém com a cultura uma relação metafórica e metonímica, na medida em que é uma representação da cultura, conservando, transformando e resignificando- a, a partir da visão de determinados grupos que participam e determinam processos de seleção, negociação e delimitação dos significados. Além disso, enquanto a cultura está em constante mudança o patrimônio cultural tende a fixar alguma permanência.

É notório o fato de que determinados bens culturais, que são considerados por determinados grupos fundamentais em sua cultura nunca serão inscritos , inventariados e muito menos considerados como patrimônio cultural. Trata-se de bens culturais que não são suficientemente valorizados pelos grupos hegemônicos e provavelmente não possuem um potencial reconhecido para se transformarem de valor de uso em valor de troca, podendo ser comercializados no mercado dos bens patrimoniais e explorados pelo turismo.

Fortuna (2012) observa que a patrimonialização dos bens culturais, da forma como é promovida, nem sempre cumpre sua meta que seria de promover a preservação e conservação e que conduz ao que ele define como “destradiconalização da tradição”, ou seja os objetos, lugares ou práticas socioculturais patrimonializados aparecem desvinculados ao cotidiano atual dos sujeitos assim como também desvinculados dos usos sociais a que terão servido.

as ações de conservação e proteção do patrimônio não têm qualquer relação direta com a ideia que atribui aos seres humanos um inabalável desejo de conservar e manter as suas tradições e modos de vida da conservação e proteção do patrimônio tem a sua própria autonomia institucional e não pode ser confundido com a manutenção de quaisquer tradições socioculturais das comunidades e nações (Fortuna,2012,s/p).

Toda a operação de construção ou ativação patrimonial comporta em si mesma um propósito ou uma finalidade. Se um bem cultural não atender aos critérios que caracterizem uma dimensão utilitária ele não será construído como patrimônio cultural (Peralta, 2003). O controle dessa dimensão utilitária, assim como o domínio sobre os elementos que levam a construção e a capacidade de ativação dos patrimônios são habilidades e competências exclusivas dos grupos hegemônicos na sociedade.

Para que um determinado “bem cultural” seja material ou imaterial adquira visibilidade e reconhecimento ele precisa passar pelo processo de patrimonialização que “é um mecanismo de

afirmação e legitimação da identidade de determinados grupos e subgrupos sociais em luta com outros ou também em luta interna ao próprio grupo” (Pereiro, 2006, p.237).

O processo de patrimonialização em centros históricos é calcados nas políticas de enobrecimento ou gentrification definidas por Zukin (1988) como políticas que promovem a conversão de zonas residenciais da classe trabalhadora socialmente marginalizadas nas áreas centrais da cidade para uso de estratos sociais mais elevados, conduzindo a transformações nos usos do espaço, preparando-o para que seja alvo de investimentos públicos e privados, gerando especulação imobiliária, expulsão e marginalização da populações local e um processo de encenação e transformação da cultura em espetáculo para o mercado do turismo, desvinculado da tradição.

Esse processo de patrimonialização é extremamente vulnerável e se auto consome, levando ao fracasso das metas de revitalização do centro histórico e de qualquer possibilidade de sustentabilidade, gerando o que Leite e Peixoto (2009, p.95) denominam como “fase pós-revanchista”, que sinaliza, uma abertura da cidade àqueles que não tinham espaço nas políticas de enobrecimento, sendo alto o preço que se deve pagar por essa curiosa e tardia “inclusão social” com a volta desses espaços a condições de esvaziamento e deterioração crescentes.

O fracasso dos processos de revitalização de centros históricos revelam que, embora os projetos contenham as propostas de Educação Patrimonial como elemento central, ela não se desenvolve, não se constitui como estratégia, obedecendo as suas premissas de construção de relações sustentáveis da população com o patrimônio cultural.

A Educação Patrimonial seria um processo de desenvolvimento de habilidades e competências para participar ativamente dos processos de patrimonialização. Um processo educativo para que se tenha condições de conhecer, estabelecer critérios, selecionar, construir propostas, dimensionar impactos no referido processo. Trata-se de uma educação que possa fornecer subsídios para atitudes diante dos bens culturais criando condições para que as percepções de toda esta imbricada rede de interesses que cercam o fenômeno da patrimonialização se transformem em atitudes com relação à preservação e conservação do patrimônio.

Tendo em vista o contexto apresentado de revitalização dos centros históricos e as políticas de enobrecimento, a Educação Patrimonial tem se constituído muito mais como um artifício ideológico para doutrinar, objeto de convencimento da população sobre a necessidade de aceitar e valorizar o patrimônio consagrado por determinados grupos hegemônicos e ao mesmo tempo para desvalorizar o que seria por ela, efetivamente, consagrado. A Educação Patrimonial se travestiu de um recurso que faz a intermediação das relações de poder, ocultando sua real dimensão e amenizando seus impactos.

[...] Relações de poder entre quem sacraliza e quem apenas aceita ou negocia a sacralização de determinado suporte, sem que isso possa parecer uma simples ideia de dominação sem resistência, porém que pode ser enquadrada numa espécie de aceitação pacífica ou negociada. Relações de poder que tem como ponto de partida um vencedor, a sobrepujar e definir o que deve servir de

referência a todos e que, na maioria das vezes, tratam de diversas memórias como menores, na possibilidade de hierarquização da produção cultural (Oliveira, 2008, p.23).

No Brasil, historicamente, os bens patrimonializados revelam exaltação do Estado e de heróis que representam memórias de elites vencedoras. Há uma exclusão dos chamados vencidos (negros, índios operários, entre outros) e uma negação dos conflitos. Os bens tombados, na chamada Fase Heroica do IPHAN (1937-1967), estão ligados à história oficial do Brasil, em maioria são bens imóveis de estilo barroco que representam e o modo de viver da classe dominante (casarões, engenhos, igrejas). A educação patrimonial, como todo o sistema educacional do país vai em direção a exaltação desses heróis e da história oficial.

O sistema educacional e seus auxiliares, bem como os departamentos pedagógicos em museus, foram definidos, tradicionalmente, como importantes ferramentas para a reprodução das relações sociais, transmitindo um saber verticalizado, reforçando ideologicamente estruturas hierárquicas e reproduzindo desigualdades sociais e culturais (Funari, 2006, p.51).

Como se pode observar o processo de patrimonialização dos bens culturais apresenta um estreita relação com a Educação Patrimonial que, embora tenha um potencial transformador das relações com o patrimônio cultural, vem para atender as demandas dos grupos hegemônicos e acaba se constituindo em mais um instrumento de legitimação das estruturas vigentes.

3.Histórico da Educação Patrimonial

Embora possa parecer que a demanda de cooperação da comunidade no processo de preservação e conservação represente um novo paradigma no que se refere a gestão do patrimônio cultural, para o IPHAN não se trata de um assunto inovador, sendo que discussão sobre o envolvimento da população com o patrimônio cultural faz parte da própria história do órgão, desde seus primórdios.

No anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –SPHAN (que depois se transformou no IPHAN) Mário de Andrade já fazia referências a importância do acesso da população ao patrimônio e de sua democratização e atribuía aos museus um papel central no que se refere a educação. Considerava fundamental estimular o sentimento de pertencimento na população e sua ligação com a cultura.

Mário acreditava que, divulgando as produções artísticas, tanto as eruditas como as populares, criando condições de acesso a essas produções, se estaria contribuindo para despertar a população para o que costumava ficar reservado para o gozo das elites – a fruição estética – Desse modo, se estaria, ao mesmo tempo, democratizando a cultura e despertando na população o sentimento de apego às coisas nossas. (Fonseca, 2009, p.102)

Rodrigo Melo Franco de Andrade, dirigente do IPHAN desde sua criação até 1967, também revelava, em seus discursos, a importância que atribuía a educação na preservação do Patrimônio

Cultural. Considerava a educação o único meio para conseguir a defesa do patrimônio e colocava a necessidade organização “de uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado” (Florêncio et all, 2014).

Os discursos sobre a necessidade de um efetivo envolvimento da população com o patrimônio cultural e de um processo educacional que atendesse as necessidades de conscientizar para sua preservação permeiam a história do IPHAN desde sua criação. Por outro lado, apenas na década de 1970 há um avanço nos trabalhos com ações concretas realmente inovadoras na história da preservação do patrimônio cultural no Brasil. Trata-se da criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), em julho de 1975, que propôs trabalhos de forma pioneira a partir de debates, reflexões e pesquisas com o que hoje se conceitua como patrimônio imaterial.

O CNRC apresentava como objetivo o traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise de dinâmica cultural brasileira. Segundo Fonseca (2009) trata-se de um projeto bastante complexo e ambicioso, e que visava exatamente àqueles bens que o IPHAN considerava, naquele momento, fora de sua escala de valores.

Orientar um trabalho de preservação a partir da noção de referência cultural significa buscar formas de se aproximar do ponto de vista dos sujeitos diretamente envolvidos com a dinâmica da produção, circulação e consumo dos bens culturais. Ou seja, significa, em última instância, reconhecer lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um saber-fazer, como também do destino de sua própria cultura. (Fonseca, 2009, p.37)

A Fundação Pró Memória criada por Aloisio Magalhães, em 6 de agosto de 1979, também teve um papel significativo no que se refere ao histórico das discussões da participação da comunidade e sua parceria com o Estado para a preservação do patrimônio cultural. O órgão tinha por base o conceito de memória dinâmica, em constante transformação ao longo do processo histórico.

Entende-se por Pró-Memória um conjunto de ações integradas e organicamente estruturadas que objetivam identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar bens do patrimônio cultural brasileiro, proporcionando à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e o uso adequado desses bens (Magalhães, 1979, p. 109).

Embora os trabalhos realizados no CNRC e na Fundação pró Memória sejam reconhecidos como pioneiros e inovadores no que se refere a uma política de preservação do patrimônio, ambos ocorrem em um contexto de governos militares, marcados pela censura e por posturas autoritárias e são ,em função da conjuntura, limitados em seus princípios.

Em 1981, a Secretaria da Cultura do Ministério da Educação lança um documento intitulado “Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC” e dá início ao “Projeto Interação” que traz heranças dos ideários do CNRC, visando o reconhecimento das diferenças culturais e propondo um trabalho com base em uma metodologia de observação direta com acompanhamento técnico periódico das experiências educacionais desenvolvidas. O projeto Interação tinha como proposta:

Ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local. (Brasil, 1981, p10)

Mesmo com todo esse histórico de reflexões sobre a participação da comunidade na preservação do patrimônio cultural e a importância de seus saberes e fazeres, o termo Educação Patrimonial é introduzido no Brasil apenas em 1983, durante o 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis-RJ, como uma metodologia inspirada no modelo da heritage education, desenvolvido na Inglaterra. A metodologia começa a ser divulgada em 1986, por meio da Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, para os professores da rede pública de ensino com o objetivo de formar o maior número possível de multiplicadores.

Em 1996 o IPHAN faz sua primeira publicação sobre Educação Patrimonial, no formato de um guia. Trata-se do “Guia Básico de Educação Patrimonial” de autoria das arquitetas Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro que se transforma em uma referência básica sobre o assunto no país, até pela falta de outros materiais que pudesse subsidiar debates e pesquisas .

No período publicava-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), que em seu art. 26 coloca a necessidade do reconhecimento e valorização das diversidades regionais, das características das diferentes culturas serem abordadas na parte diversificada dos currículos do ensino básico. A referida lei tornava necessário um trabalho na educação básica com o patrimônio cultural, assunto novo, pouco explorado pela maioria dos educadores, que desconheciam metodologias de trabalho e demandavam subsídios.

No Guia, a Educação Patrimonial é conceituada como:

[...] um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, caracterizado por ser um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-o para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (Horta, Grunberg & Monteiro, 1999, p.07)

A colocação da Educação Patrimonial como instrumento de alfabetização cultural gerou muita polêmica e foi muito criticada por estudiosos da área que atribuíam ao conceito um caráter autoritário, que não considerava o educando como agente do processo educativo, desmerecendo suas vivências e experiências. Afinal, se o Guia vinha com proposta de promover a alfabetização cultural ele se baseava no princípio de que haviam analfabetos culturais, que não sabiam ler o mundo em que viviam, ou seja partia de uma premissa de que havia uma total ignorância do indivíduo com relação ao patrimônio cultural.

O Guia propõe a Educação Patrimonial a partir de uma metodologia que se estrutura em um conjunto de técnicas para desenvolver a relação do indivíduo com o patrimônio, constituindo-se em uma sequência de etapas: observação/percepção/motivação/memória e emoção. A proposta é de um trabalho do educador com a própria história do educando, um resgate de memórias pela identificação e reconhecimento de objetos de uso cotidiano, hábitos, costumes a fim de promover a valorização da identidade que, segundo os princípios da metodologia proposta, pode levar ao aumento da auto estima e ao exercício da cidadania, sendo que “a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens culturais” (Horta, Grunberg & Monteiro, 1999, p.06).

Em 2007, há uma complementação do material com o lançamento, pelo IPHAN, do “Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial” de autoria de Evelina Grunberg que sistematiza atividades que podem ser trabalhadas pelos educadores contendo sugestões de exercícios práticos e proporcionando dinâmicas com os diferentes grupos.

É importante observar que esse material subsidia ações esparsas e pontuais do IPHAN realizadas pelo país, na tentativa de levar as escolas de ensino fundamental e médio e aos demais trabalhos realizados em museus, associações comunitárias, entre outras, reflexões sobre a educação patrimonial e uma possível metodologia para o desenvolvimento do trabalho.

A Educação Patrimonial só vai ganhar em 2004, por meio do Decreto nº 5.040/04 um centro administrativo que visa criar diretrizes, desenvolver projetos, sistematizar as ações, documentar experiências e definir quais são os rumos pretendidos no país. Atualmente há na estrutura organizacional do IPHAN, um setor denominado Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) sediada em Brasília que tem como função apoiar e divulgar as informações a respeito das ações desenvolvidas em diferentes localidades do país voltadas para esse fim. O CEDUC é uma tentativa do IPHAN de articular setores da sociedade civil, estados e municípios na proposta de educação patrimonial (Florêncio et al, 2014).

Desde setembro de 2008 o projeto desenvolvido de Educação Patrimonial consiste na formação e no desenvolvimento das Casas do Patrimônio, que são núcleos localizados nas comunidades que visam aproximar os gestores regionais das superintendências do IPHAN e dos seus escritórios técnicos da população local promovendo a interação e a discussão e desenvolvimento de ações no que se refere a preservação do patrimônio cultural estabelecendo novas formas de relacionamento do IPHAN com a sociedade e com o poder público local que possam ser de interlocução e de parcerias no desenvolvimento dos trabalhos (Brasil, 2013).

Entre o público alvo das Casas do Patrimônio estão os próprios servidores do IPHAN como um incentivo para o estabelecimento de novas relações do órgão com a sociedade civil e o próprio governo municipal e estadual, tentando demonstrar a importância dessa aproximação para as ações de preservação do patrimônio cultural. (Florêncio et al, 2014). O IPHAN, ao longo de sua história, pela falta de diálogo com a população e muitas vezes pela imposição de regras e exigências feitas em ocasiões de tombamentos adquiriu uma imagem de órgão fiscalizador e

punitivo e, em vários locais, ainda hoje, convive com o descrédito e a rejeição da população as suas ações.

A presença das Casas de Patrimônio junto à população, promovendo diálogos, debates e discussões é considerado fator central para possibilitar a gestão participativa e democratizar o próprio processo de patrimonialização. Sendo que entre os principais objetivos do IPHAN, está a promoção do turismo sustentável cuja base seria a gestão conjunta e participativa do patrimônio cultural.

Apesar do CNRC, da Fundação Pró Memória, do Projeto Interação, o Guia de Educação Patrimonial e a das Casas do Patrimônio não se pode falar que o IPHAN teve um programa nacional de Educação Patrimonial porque as ações são historicamente dispersas, pontuais e isoladas sendo que o diálogo entre as Superintendências Regionais é praticamente inexistente. O próprio CEDUC enfrenta dificuldades para conseguir mapear as ações desenvolvidas no país e para criar um projeto mais consistente no que se refere a Educação Patrimonial.

Observa-se que, de modo geral, as ações de educação patrimonial seguem dois caminhos: a divulgação de conceitos básicos como patrimônio cultural e tombamento e a sensibilização para a preservação do patrimônio. Normalmente, as estratégias empreendidas para isso são a distribuição de cartilhas e a realização de palestras. Contudo, essas ações têm alcance extremamente limitado, uma vez que não provocam efeitos significativos nos participantes, ou seja, não têm como consequência a mudança em sua mentalidade e atitudes (Oliveira, 2011, p.13)

São muitas as palestras de sensibilização, distribuições de folders, manuais e cartilhas e até cursos de restauração que as Superintendências do IPHAN, em vários estados do país, caracterizam como ações de Educação Patrimonial, sendo que as mesmas constatarem os esparsos resultados das referidas ações.

O que se observa é que diante da necessidade de desenvolvimento do turismo cultural como principal elemento para a geração da sustentabilidade do patrimônio cultural é absolutamente inviável manter a educação patrimonial como elemento fundamental descrito nos projetos, mas as margens nos processos de execução, sem estratégias efetivas para seu desenvolvimento.

4.Sobre as dificuldades para uma Educação Patrimonial

Em documento, lançado em 2014, o IPHAN reconhece a complexidade do desenvolvimento de um trabalho no que se refere a Educação Patrimonial e se propõe a “conceber as práticas educativas em sua dimensão política , a partir da percepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais” (Florêncio et all, 2014, p.27). Reconhece que o Patrimônio Cultural Nacional passa por uma crise de legitimidade e que não se sustenta em relações de pertencimento junto a população, que vive diante dos processos de patrimonialização um desequilíbrio de representatividade tendo em vista suas origens étnicas, social e cultural.

Sabe-se que as políticas de preservação se inserem num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais envolvidos na definição dos critérios de seleção, na atribuição de valores e nas práticas de proteção dos bens e manifestações culturais acauteladas. Situação determinada,

entre outras causas, pelo assimétrico e desigual processo de desenvolvimento socioeconômico que, por um lado, expande o regime da grande propriedade rural e da agricultura intensiva; por outro, determina uma urbanização caracterizada por grandes concentrações metropolitanas, que estimulam o processo de especulação imobiliária, gerando a substituição de edificações e espaços sociais, a segregação de populações e a limitação do usufruto dos ambientes públicos e comunitários. (Florêncio et all, 2014, p.27)

O reconhecimento vem no sentido de justificar as falhas no processo de trabalho com a Educação Patrimonial, mas não traz nenhuma proposta concreta, para viabilizar efetivas transformações na conjuntura apresentada. Da mesma forma que o IPHAN exalta a necessidade da Educação Patrimonial e a insere como princípio em todos os seus programas de revitalização do patrimônio cultural, não apresenta frentes de trabalho ou ações concretas desenvolvidas que possam revelar algum resultado significativo.

É necessário compreender a Educação patrimonial como parte de uma política cultural de preservação do patrimônio que deveria abranger necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens culturais. Canclini (2001, p.65), define política cultural como: “El conjunto de intervenciones realizadas por el estados, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social”. A definição do autor conduz a importância da análise do processo de “desenvolvimento simbólico” e principalmente do “consenso para o ordenamento e a transformação”, assim como da compreensão de quais seriam as necessidades culturais da população.

O desenvolvimento simbólico deve ser compreendido a partir de um processo de ressignificação das relações com o espaço decorrentes de intervenções no cotidiano dos moradores geradas, entre outras coisas, pela execução dos programas políticos, aqui especificamente de programas que se propõe a revitalização de centros históricos. O consenso para o ordenamento e a transformação só pode se construído a partir de uma democratização da política cultural com o envolvimento de todos os atores sociais, balizando os múltiplos conflitos inerentes ao processo.

[...]uma política efetiva de preservação e desenvolvimento do patrimônio deve avançar na democratização da cultura considerando avaliações adequadamente pelo público dos museus e sítios arqueológicos, pelos habitantes dos centros históricos e receptores de programas educativos e de difusão. (Canclini, 1994, p.106)

O autor ressalta que para que a política se caracterize como democrática não basta multiplicar as pesquisas patrimoniais, os museus e a divulgação do patrimônio cultural, é necessário conhecer e entender os parâmetros de percepção e a forma da recepção dos destinatários. Evidencia ainda a importância de se considerar as necessidades cotidianas da população sendo que ao “recuperar um centro histórico, a revalorização dos monumentos não deve pesar mais que as necessidades habitacionais e simbólicas de seus habitantes” (Canclini, 1999, p. 21)

Canclini (2012, p73) aponta fatores impeditivos para que as classes populares possam consagrar seu bens culturais, participando ativamente do processo de patrimonialização, dentre eles estaria

a habilidade de realizar determinadas operações indispensáveis para transformar seus bens culturais em patrimônio como:

- Acumulá-los ao longo do tempo, sobretudo diante da pobreza ou da repressão
- Transformá-los em um saber objetivado, que não dependa de indivíduos ou da simples transmissão oral
- Expandi-los através da educação institucional ou do aperfeiçoamento das práticas de grupos periféricos por meio da pesquisa e experimentação sistemática.

Criar condições e fornecer subsídios para conduzir a superação desses fatores impeditivos da efetiva participação de todos no processo de patrimonialização, deveria ser o objetivo central de uma política de Educação Patrimonial que se preocupasse com as necessidades culturais da população e com o desenvolvimento simbólico.

As investigações sociológicas e antropológicas sobre as formas em que se transmite o saber de cada sociedade através dos bancos escolares e os museus demonstram que diversos grupos se apropriam de forma diferente e desigual da herança cultural. Não basta que as escolas e os museus estejam abertos a todos, Pois “a medida que declinamos a escala econômica e educacional diminuem-se as capacidades de apropriar-se do capital cultural transmitido por essas instituições” (Canclini, 1999, p. 23).

A Educação patrimonial antes de ser uma discussão sobre como se transmite o sentimento de pertencimento e a identidade com o patrimônio cultural deve ser um espaço para discussão do que se transmite como patrimônio cultural e principalmente do que não se transmite, ou seja, dos critérios de escolha e seleção dos bens patrimonializáveis. É preciso desenvolver ações a partir do ato de desmontar as estruturas que determinam a sobreposição de um bem cultural sobre outro identificando os motivos que levam a dificuldade das classes populares em participarem do processo de produção, conservação e transmissão de sua cultura e de se incluírem no desenvolvimento de um turismo cultural.

Não se pode partir da premissa de que, simplesmente, falta consciência as populações que habitam as áreas de intervenção dos projetos de revitalização, que falta conhecimento e atitude valorativa de seus próprios saberes e fazeres pois tais premissas se constituem em considerações superficiais que ocultam fatores essenciais para a compreensão do comportamento. Sobre este suposto desinteresse e disponibilidade para participar ativamente do processo e sobre a atitude de aparente desvalorização da própria cultura, Canclini (1994, p.103) observa:

É compreensível que as classes populares, enredadas na escassez das moradias e na necessidade da sobrevivência, se sintam pouco envolvidas na conservação de valores simbólicos sobretudo se não são os seus. Mesmo em relação ao seu próprio capital cultural, os setores subalternos manifestam às vezes uma posição tibia ou vacilante, como se tivessem interiorizado a atitude desvalorizadora dos grupos dominantes dirigida à cultura popular.

O processo de patrimonialização seleciona e consagra determinados bens ligados a cultura dominante, promovendo uma espécie de hierarquização da cultura. Os bens patrimonializados

representam os valores arbitrários que são sustentados pela classe dominante e tem a capacidade de se impor como cultura legítima. Trata-se do que Bourdieu & Passeron (1982) denominam como a conversão de um arbitrário cultural em cultura legítima. Essa conversão só pode ser compreendida quando se considera a relação entre os vários arbitrários em disputa em uma determinada sociedade e as relações de força entre os grupos ou classes sociais presentes nessa mesma sociedade, sendo que a capacidade de legitimação de um arbitrário cultural corresponderia à força da classe social que o sustenta (Almeida, 2005).

Diante do turismo cultural e sua necessidade de patrimonialização dos bens imateriais, saberes, fazeres das classes populares e a valorização que se promove para o mercado, pode-se pensar que estamos caminhando na contramão da imposição desse arbitrário cultural. Por outro lado é preciso considerar que o processo de patrimonialização dos bens imateriais vai de encontro a um mercado e a construção de um produto para o turista consumidor e quem domina este processo, possuindo as habilidades e competências para se apropriar da cultura, construir os produtos turísticos dominando as técnicas em uma espécie de engenharia cultural⁵ são os grupos hegemônicos.

Dessa forma a inserção dos bens patrimonializados desses grupos se dá pela necessidade de sobrevivência de seus membros por meio da cultura como produto e não pela sua própria necessidade de preservação ou por remeterem a saberes e fazeres e a heranças culturais, cuja preservação da memória seria fator fundamental para própria identidade do grupo.

“Para os atores hegemônicos o território usado⁶ é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares, para os atores hegemonzados trata-se de um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.” (Santos et all, 200, s.p)

Por outro lado, essa relação com o patrimônio cultural para muitos como abrigo e para poucos como recurso não é harmônica e se insere em um campo conflitivo, em que os usos determinados são contestados, os projetos de revitalização dos centros históricos são rejeitados e conduzidos ao fracasso, os lugares a serem ocupados pela população local no processo de desenvolvimento do turismo cultural nem sempre são aceitos, ou seja, pode até ser que a inferiorização da própria cultura seja algo interiorizado, mas isso não significa esses grupos hegemonzados aceitam pacificamente ocupar o lugar que lhes é determinado pelos grupos hegemônicos.

⁵ Para Choay (2001, p. 211): “A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à engenharia cultural, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes.”

⁶ O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso. (Santos et all,2000)

Essa não aceitação se traduz em diferentes formas de enfrentamentos, sendo que os projetos de revitalização de centros históricos, acabam gerando o retorno da população excluída que adentra-se aos cenários turistificados como vendedores ambulantes, esmoleres, guardadores de carro, flanelinhas, traficantes de drogas, entre outras atividades, que geram desordem e insegurança e são incompatíveis com a atmosfera necessária ao desenvolvimento do turismo cultural, revelando uma espécie de “contra uso” do espaço (Leite 2004; 2010), sendo que

[...]na adequação extensiva dos espaços para turistas e a pouca atenção dada aos moradores e usuários locais parecem contribuir significativamente para a criação de pontos de tensão que, se permanecerem de modo recorrente, culminam numa certa configuração espacial conflitante, que pode ser uma variável importante para se compreender o declínio subsequente que esses espaços enobrecidos acabam por sofrer. (LEITE, 2010, p. 84)

A Educação Patrimonial, travestida de educação libertadora, para o reconhecimento da identidade e o exercício da cidadania vem ao encontro da problemática apresentada como uma tentativa de amenizar os conflitos, inibir os “contra usos” transformando-os em “usos consentidos” e permitir o desenvolvimento dos projetos no que se refere a revitalização dos centros históricos e a sua sustentabilidade por meio do turismo cultural.

Trata-se de tentativas de estabelecer a naturalização desta relação desigual e injusta com o patrimônio cultural, realizando aquilo que Bourdieu define como imposição dissimulada de um arbitrário cultural. Essa imposição é resultado da “ação pedagógica” que seleciona e legitima a cultura por imposição e inculcação, buscando formar o *habitus*⁷ do indivíduo de acordo com a cultura dominante.”(Almeida, 2005, p.143). A dissimulação é um processo que visa impor o arbitrário cultural como não arbitrário e não vinculada a nenhuma classe social.

Por outro lado, enquanto a educação patrimonial manter como base a concepção política de um processo de patrimonialização excludente da população local e de um turismo cultural sustentável apenas para os grupos hegemônicos se constituirá em um projeto apenas para dissimular e falsear os conflitos realmente existentes.

5. Considerações Finais

Um programa de Educação Patrimonial requer a discussão e avaliação de fatores que geram as relações não sustentáveis da população local com o patrimônio cultural, entre eles a o processo de seleção e patrimonialização dos bens culturais, a transformação desses bens culturais materiais e imateriais em atrativos para o turismo cultural, muitas vezes com processos de resignificação dos quais essa população é direta ou indiretamente excluída , a dificuldade de dominar instrumentos e técnicas de pesquisa sobre seu patrimônio, as metodologias de inventariação,

⁷ [...] O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído.” (Bourdieu, 2004, p. 158).

entre outras necessárias para a produção sistemática de um saber na posição de sujeitos do processo

Para que haja a sustentabilidade do turismo cultural é necessário rever a concepção política que permeia o processo de patrimonialização. Não basta que se demande a participação da população local nos planos e programas, mas é necessário habilitar essa participação com elementos que signifiquem conhecimento e capacidade de atuar com discernimento, sendo que a população precisa construir as regras do jogo conjuntamente e não simplesmente ser chamada para jogar.

Como se sabe a Educação Patrimonial no IPHAN sempre obteve lugar central nos programas de revitalização do patrimônio cultural dos centros históricos, mas nas ações efetivas foi relegada a segundo plano. Ao longo da história do IPHAN a educação patrimonial não se revela como instrumentos de questionamento e transformação, mas como instrumento de legitimação das normas e regras vigentes, constituindo-se em tentativa de legitimar um arbitrário cultural, consolidando a importância do patrimonialização dos bens culturais das classes dominantes

Os Programas Casas do Patrimônio, Programa Monumenta e PAC das Cidades Históricas podem conduzir a falsas leituras de que uma “outra educação patrimonial”, baseada na premissas de aproximação e diálogo com a população local dos centros históricos e gestão conjunta dos bens culturais, emerge em cena. Por outro lado, ao se ler as entrelinhas do discurso, é possível constatar que não há nada de inovador uma vez que esta suposta “outra educação” continua não promovendo o questionamento e a transformação das estruturas que permeiam a relação das populações locais dos centros históricos com o patrimônio cultural.

Trata-se de uma educação patrimonial que faz parte da resignificação do patrimônio cultural para composição do produto turístico, atribuindo-lhe um diferencial de produto sustentável e comprometido socialmente, um artifício de marketing para gerar a imagem de responsabilidade social. Na esfera de competição entre os diversos destinos turístico esta imagem é fator central para atrair os investidores, na medida em que gera um ambiente favorável para os negócios e ameniza os conflitos.

Para sobreviver no cenário global do turismo é necessário criar a atmosfera dos negócios, elemento de atratividade local para os grandes investidores, redes e cadeias hoteleiras e, principalmente, é necessário estar na pauta para atuação das agências multilaterais como Banco Internacional para o Desenvolvimento (BID), entre outras que atualmente concebem e principalmente financiam as políticas públicas. Dessa forma, muito mais que a participação da população local e a sustentabilidade de um projeto, interessa a imagem que essa forma participação configura.

Dessa forma, a educação patrimonial é fator central na imagem dos centros históricos revitalizados e na promoção dos mesmos como produtos de um turismo cultural. É a atadura necessária para ocultar e amenizar os conflitos, fundamental para a para a venda da imagem de um ambiente harmônico e a para a construção dos produtos do Turismo Cultural.

6.Referências

- Almeida, I.R. (2005). Pierre Bourdieu: A Transformação Social no contexto de "A Reprodução". *Revista da Faculdade de Educação da UFG*, São Paulo, (30), 139-155
- Arantes, O (2001). *Urbanismo em fim de Linha*. São Paulo: Edusp
- Bourdieu, P (2004). *Espaço social e Poder simbólico. Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense
- Bourdieu, P.; Passeron, J.C. (1982) *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves
- Brasil.(1998). *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)* Brasília, DF: Senado
- Brasil. MEC (1981). *Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC*. Brasília, DF: MEC
- Brasil. Ministério do Planejamento (2009). *PAC-Cidades Históricas*. Recuperado em 20 maio, 2014 de <<http://www.pac.gov.br/cidade-melhor/pac-cidades-historicas> >
- Brasil. Ministério do Turismo (2012). *Turismo Cultural*. Recuperado em 19 setembro, 2012 de <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/turismo_cultural.html>
- Brasil. Portal do IPHAN (2013). Casas do Patrimônio. Recuperado em 20 maio, 2014 de <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15489&retorno=paginaIphan>>
- Brasil. Portal do IPHAN (2014) Relatórios de Gestão (2003 a 2013), Recuperado em 03 junho, 2014 de <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15449&sigla=Documento&retorno=paginaDocumento>>
- Brasil. Portal do IPHAN. (2014a). *Educação Patrimonial*. Recuperado em 20 maio, 2014 de <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15481&retorno=paginaIphan>>
- Brasil. Portal do IPHAN.(2014b). *Referencial Estratégico*. Recuperado em 20 maio, 2014 de <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15145&retorno=paginaIphan>>
- Brasil. Ministério da Cultura (2012 a). *Programa Monumenta*. Recuperado em 20 maio, 2014 de <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=164>.
- Canclini, N. G (2012). *A Sociedade sem relato: Antropologia e Estética da Iminência*, São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo
- Canclini, N. G (2001). *Definiciones en transición*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- Canclini, N. G. (1994). *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. Revista do IPHAN, (23), 94-115
- Canclini, N. G.(1999). *Los Usos Sociales del Patrimonio Cultural* In: E. Aguilar, Patrimonio Etnológico. *Nuevas Perspectivas de Estudio*.(pp.16-33). Consejería de Cultura: Junta de Andaluzia
- Choay, F. (2001) *A alegoria do patrimônio*, São Paulo: Editora Unesp/Estação Liberdade
- Florêncio, S.R. et all (2014). *Educação Patrimonial : histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF : Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc
- Fonseca. M.C.L. (2009) *.O Patrimônio em Processo* , Rio de Janeiro, Editora UFRJ

- Fortuna, C. (1997). *Cidade, cultura e globalização*. Coimbra: Oeiras, Celta.
- Fortuna, C. (2012). Patrimônio, Turismo e Emoção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, (97), s/p. Recuperado em 30 maio, 2014 de <<http://rccs.revues.org/4898>>
- Funari, P. P. (2006). *Arqueologia*. São Paulo: Contexto
- Grumberg, E (2007) . *Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN.
- Geertz, C. (1978). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar
- Horta, M de L P, Grunberg, E; Monteiro, A Q(1999). *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial.
- Magalhães, A (1979). *Fundação Nacional Pró-Memória*. Boletim do Conselho Federal de Cultura (CFC), 9 (36)
- Matus, C. (1996) *Política, planejamento e governo*. Brasília: IPEA
- Oliveira, A. F. B de. (2008). O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. *Revista Cadernos do Ceom*, 21(29), 20-38.
- Oliveira, C A P (2011). *Educação Patrimonial no IPHAN* . Monografia (Especialização). Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Brasília, DF, Brasil.
- Peralta, E (2003). O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 9 (20) , 83-96
- Pereiro, X. (2006). Patrimônio Cultural: o casamento entre patrimônio e cultura. *Revista dos Sócios do Museu do Povo Galego*, (2), pp. 23-41. Recuperado em 01 junho, 2014 de <http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio_cultural/Patrimonio_Cultural.pdf>
- Leite, R.P. Peixoto, P(2009). Políticas urbanas de patrimonialização e contra-revanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto. *Cadernos Metrópole*, 21, 93-104.
- Leite, R P.(2004). *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed. Unicamp
- Leite, R P (2010). A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, 25 (72), 73-88;
- Sánchez Garcia, F (1999). Buscando um lugar ao sol para as cidades: o papel das atuais políticas de promoção urbana. *Revista Paranaense de Geografia*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 4, Recuperado em 30 maio, 2014 de <www.agbcuritiba.hpg.ig.com.br/Revistas/Rpg3/4fernanda.htm>.
- Santos et all (2001). O papel ativo da Geografia: um manifesto. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona (270). Recuperado em 30 maio, 2014 de <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-270.htm>>
- Zukin, S. (1988). *Loft Living: Culture and Capital in Urban Change*, Londres: Radius/Hutchinson.